

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA FORMAÇÃO DE UM CIDADÃO

DÓRIA, Daniela Rezende

MEIRELLES, Claudia de Souza Cardoso. (Orientadora)

Graduada em Letras, prof^a Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa

meirelles.claudia@terra.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a leitura como instrumento importante para a formação dos alunos como cidadãos conscientes. Partiu-se do problema de que na realidade atual o aluno é muito mais convidado a responder questões fabricadas pelos livros didáticos, do que a elaborar questões que nascem a partir de suas impressões de leitura. Ou seja, o aluno é educado a ser submisso ao conhecimento alheio a si mesmo e nunca a dominar a sua própria capacidade de expressar o seu conhecimento interior. A consequência dessa prática pedagógica é a formação de fantoches e não de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres a ponto de lutar para que eles sejam respeitados. Pois, acredita-se que agindo desta forma, o aluno sentirá estimulado para praticar uma leitura prazerosa e, por este motivo, produtiva, no sentido de ser útil no processo ensino-aprendizagem. Pensando nestas questões nasceu o objetivo geral desse trabalho que consiste em mostrar a importância de se buscar melhores práticas pedagógicas para se formar cidadãos estimulados para a leitura conscientizadora. Para que isso seja possível se faz necessário lançar mão aos seguintes objetivos específicos: refletir sobre a prática escolar que tem demonstrado ser incapaz de estimular a formação de verdadeiros leitores que dominam a escrita e leitura; investigar o uso

de leitura alternativas, relacionadas com temas do cotidiano dos alunos; analisar a importância da interpretação de livros de literatura através de encenação de peças teatrais; pesquisar o motivo pelo qual é importante incentivar os alunos a frequentar a biblioteca da escola, bem com a reivindicar uma, se for o caso; analisar a importância de se usar textos diversificados como: jornais, folhetos de propaganda, revistas, bulas de remédio, rótulos, etc. como recurso didático; identificar as razões que suscitam o desestímulo dos alunos no que diz respeito à leitura.

Palavras Chaves: Leitura, Formação, Linguagem

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA FORMAÇÃO DE UM CIDADÃO

1. A Importância da Leitura Para a Vida

Acredita-se que o desenvolvimento de interesses e hábitos permanentes de leitura é um processo constante, que começa no lar, aperfeiçoa-se sistematicamente na escola e continua pela vida afora, através das influências da atmosfera cultural geral e dos esforços conscientes da educação e das bibliotecas públicas. Porém, todos têm de demonstrar o interesse pela leitura, ou seja, todas as autoridades do Estado, da comunidade e da escola, todos os professores, pais e pedagogos precisam estar seriamente convencidos da importância da leitura e dos livros para a vida individual, social e cultural, se quiserem contribuir para melhorar a situação do povo.

De acordo com Bamberger (2002), a leitura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade humana. O ato de ler favorece a remoção das barreiras educacionais de que tanto se fala; concedendo oportunidades mais justas de educação principalmente através da promoção do desenvolvimento da linguagem e do exercício intelectual e aumenta a possibilidade de normalização da situação pessoal de um indivíduo.

De fato, os livros desempenham um papel importante na auto-educação, a necessidade de satisfazer os interesses, aspirações pessoais através da seleção individual do material de leitura estimula a pessoa a sempre se aprofundar em algum assunto e assim adquirir o conhecimento e o domínio do mesmo. Os livros têm sido há séculos portadores do conhecimento de uma geração para outra, pedras angulares da vida intelectual e emocional.

Para os jovens leitores, os bons livros correspondem às suas necessidades internas de modelos e ideais, de amor, segurança e convicção.

“Todo ser humano pode ser ajudado pelos livros a se desenvolver à sua maneira, pode aumentar sua capacidade crítica e aprender a fazer escolhas entre a massa da produção geral dos meios de comunicação” (BAMBERGER, 2002, p. 12).

Portanto, ajudam a demonstrar os problemas éticos, morais e sociopolíticos da vida, auxiliando na formulação de perguntas e respostas correspondentes. O uso correto do livro apresenta características da eficácia do ensino da leitura. Os fatores decisivos nesse processo são o prazer proporcionado pelos livros, que começa a ser experimentados em idade pré-escolar. O ensino da leitura acompanhado pela satisfação no progresso e no êxito, leva em conta, ao mesmo tempo as múltiplas possibilidades e necessidades, e o encorajamento de toda e qualquer motivação possível para ler.

No entender de Bamberger (2002), a percepção dos símbolos impressos passa por um processo contínuo que vai conferindo ao leitor maior domínio e familiaridade com o mundo da escrita e da leitura. Para este autor, essa percepção ocorre durante as ‘pausas de fixação’, à medida que os olhos prosseguem seu trabalho. O leitor inexperiente só consegue perceber uma ou duas letras em cada uma dessas pausas. A prática leva a um ‘período de fixação’ maior, em que se percebem duas ou três palavras ao mesmo tempo. Adicionando-se antecipação na base de grupos de sinais, mais de trinta letras podem ser percebidas ‘num relance’.

Além da orientação relativa à natureza e ao processo da leitura, o objetivo da educação literária é também importante para um ensino eficaz. Citando R. Staiger, Bamberger (2002) salienta quatro pontos relativo ao processo da leitura, são eles: incentivo ao pleno uso das potencialidades do indivíduo em sua leitura; emprego eficiente da leitura como um

instrumento de aprendizagem e crítica e também de relaxamento e diversão; ampliação constante dos interesses de leitura dos estudantes; estímulo permanente pela leitura de muitos gêneros e para inúmeros fins.

A identificação com ideais e pessoas para os quais o indivíduo é orientado, como pais, amigos, professores, bibliotecários etc., contribui imensamente para uma atitude positiva em relação à leitura. As condições necessárias ao desenvolvimento de hábitos positivos de leitura incluem oportunidades para ler de todas as formas possíveis: o livro de bolso como o “livro do dinheiro miúdo” a formação da própria biblioteca, a biblioteca da sala de aula e da escola, a biblioteca pública (da comunidade, da Igreja, da firma, etc.). Para se ter uma visão global da importância da leitura em diversos lugares do mundo, Bamberger (2002, p. 51) assim se expressar.

“Nos ‘países dos livros’ as escolas consideram essencial a existência de bibliotecas escolares centrais bem providas de livros. Além disso, principalmente na Suécia, na Grã-Bretanha e, até certo ponto, nos Estados Unidos, é também de praxe a presença de bibliotecas de sala de aula bem aparelhadas. Na Dinamarca boas bibliotecas de sala de aula são obrigatórias, da primeira à quarta série, e recomendadas, nas séries superiores”.

Para “induzir à leitura” são necessários vários métodos e medidas especiais: leitura na sala de aula, leitura e discussão em grupo durante as quais os líderes estimulam os outros ou os induzem a imitá-los; leitura individualizada durante a qual cada aluno experimenta a satisfação da discussão, num plano amistoso, com o professor. A realização desses e de outros pontos depende de assistência e promoção. Autores, editores, professores, bibliotecários, pais e os “amigos dos livros” devem unir-se em grupos de trabalho para descobrir maneiras novas e melhores de fazer a promoção dos livros. Bamberger (2002) constata que, infelizmente a tarefa de desenvolver hábitos permanentes de leitura praticamente não existe.

2. Como Formar Crianças Leitoras?

Formar crianças leitoras não é o mesmo que formar crianças repetidoras e copiadoras de conhecimento alheio. Mas, infelizmente, como foi possível observar o sistema capitalista em que se está inserido não quer outra coisa a não ser domesticar mentes humanas a serem tão somente repetidoras das verdades produzidas por terceiros. Desta forma, ficaria muito mais fácil dominar política e economicamente esse povo semi-analfabeto. Semi-analfabeto porque a escola como está organizada, não alfabetiza por completo o ser humano, ou seja, não o capacita a ser um leitor e produtor de conhecimento autônomo, crítico e criativo.

Na opinião de Jolibert (1994), a saída para superar esta mediocridade humana que se expressa na educação é não desvincular a vida (a realidade cotidiana do ser humano) daquilo que se aprende como teoria. Uma das coisas que a própria vida ensina para o ser humano é não estar dividido entre si mesmo, mas buscar sempre a unidade, pois a unidade os eterniza e diviniza.

Se olharmos para a história das tendências pedagógicas no Brasil, é possível constatar que tanto a pedagogia tradicional como a escolanovista, chamada de Escola Nova, concebe-se que a atividade principal em sala de aula é realizada pelo professor, e às crianças só cabe entender, responder ou executar as tarefas impostas pelo professor que encarna a figura do opressor – aquele que representará o papel de superior na sociedade em que o aluno será destinado um dia.

Infelizmente as escolas como estão organizadas não conseguem perceber, por exemplo, que cada criança possui seu próprio processo, etapas peculiares, obstáculos a vencer, e que o gosto da auto-conquista vem do confronto com o contato físico com os

colegas com quem está trabalhando, porém é a relação interacionista com o outro, com o diferente, que desempenha a parte essencial da atividade de seu aprendizado.

Se no lugar da ética capitalista (individualista), as escolas partissem da ética cristã (tudo em comum), com certeza nasceria uma prática de cooperação que permitiria, de uma maneira exemplar, que a criança vivesse o processo ensino-aprendizagem de forma autônoma e se inserisse num grupo e num meio considerado como estrutura que estimula, que exige, que valoriza, que provoca contradições e conflitos e que cria responsabilidades. São práticas escolares essenciais para que aconteça de fato a aprendizagem. Jolibert (1994) defende essa idéia dizendo que “informar aos pais e os colegas das outras turmas. Participar nos conselhos de escola, interpelar, propor, exigir, fazer ouvir seu ponto de vista, defendê-lo... Tudo é possível e recomendável desde a pré-escola”.

Na prática, Jolibert (1994) propõe que em sala de aula, as professoras devem assumir o papel de incentivadoras para o gosto pela leitura e pela escrita. Neste sentido, ela precisa entrar no mundo imaginário e real da criança, a fim de, a partir dessa realidade constatada, começar o processo ensino-aprendizagem. Assim ele propõe:

“Cada grupo inventa uma história, e a professora a transcreve numa folha grande de acordo com a sua elaboração; às vezes, a história é desencadeada por palavras propostas e relacionadas pelas crianças; noutras, com o simples “Era uma vez. (...). Hoje, as crianças escolheram “urso” e “trem”; no dia seguinte, o texto da história inventada é proposto à totalidade da cada aula. As crianças que participaram na sua criação conhecem-na e, entrando no jogo, ficam caladas enquanto os outros procuram”. (JOLIBERT, 1994; p. 65)

Cabe, portanto, à professora, incentivar e motivar afetivamente seus alunos para a descoberta autônoma, criativa e crítica dos símbolos que encerram as letras, as palavras e as orações. Sem esse contato entre o mundo do adulto que se humilha, no bom sentido, e o mundo da criança que se sente valorizada, não é possível acontecer a educação verdadeira. É

por causa desse contato entre os dois mundos e dos contatos entre as realidade diferenciadas das crianças que se pode dizer que a leitura é essencialmente coletiva, sendo que cada criança tira proveito, de acordo com suas necessidades, dos esforços e achados da totalidade do grupo.

É no contato com o outro e não de forma individualista que a criança aprendem a relacionar as diversas formas de escrita, estabelecendo relações, construindo hipóteses e verificando com o texto. Ao deixar de perceber isso, os professores estarão se esquecendo de utilizar toda a diversidade dos conhecimentos das crianças. Comprometendo, assim, não só o seu futuro educacional, mas o futuro como um todo, na área econômica, política, cultural, religioso e assim por diante.

O ato de ensinar não encerra ao ato de transmitir conhecimentos, de forma alguma. Ensinar é assumir o papel de facilitador da construção do conhecimento que se dá a partir da pré-disposição do aprendiz, bem como da realidade contextual em que este se faz presente. Neste sentido, não adianta formar excelentes leitores, pessoas que sabem ler corretamente, sem nenhum erro de pontuação e dicção, por exemplo. O que determinará se o aluno será ou não um excelente leitor não deveria ser essas coisas exteriores, mas em saber se aquela leitura, feita por ele, é totalmente compreendida e assimilada a partir de sua realidade cotidiana. A tal ponto, que se houver alguma coisa que contradiga a esta realidade dentro do texto lido, o aluno possa ser livre para questioná-la, mudá-la e reconstruí-la.

É nesse sentido que Jolibert (1994, 100), dirá que “lendo para comunicar aos outros o fruto de sua leitura é que se vive uma situação de leitura exigente, muito mais do que respondendo a suposta “questões de compreensão” ou de controle”. Segundo esta concepção de ver a prática pedagógica do professor, é possível afirmar que ao professor compete não mais ser aquele que questiona o aluno, mas o facilitador da comunicação entre as crianças.

Não sendo mais o questionador e o elaborador de uma moral, ele passa ser um alguém que suscita a discussão e os debates entre os alunos.

Com esta nova prática pedagógica o que está em jogo não é mais o adestramento das crianças segundo a vontade mesquinha de uma sociedade dividida em classes e zelosa por manter o poder nas mãos de alguns (aqueles que mantêm o domínio do conhecimento e das propriedades privadas). Mas a formação integral do ser humano que se dá de maneira, qualitativa, de ser leitor. Por causa dessa proposta ousada, é comum enfrentar obstáculos, a começar pelos próprios pais dos alunos, que não entendendo ou comungando com os novos ideais da escola, entra em choque e tem como primeira reação a rejeição de imediato.

3. Entendendo Melhor o Texto e o seu Contexto

Deve-se relacionar texto e contexto e mostrar as várias acepções do termo "contexto". Partindo da proposição de que é necessário colocar um enunciado dentro de seu contexto para que se torne claro e compreensível, Ingedore (2002) declara que as concepções de contexto variam no tempo, de autor para autor e até um mesmo autor pode utilizar o termo contexto de maneira diferente em diferentes situações; por isso, para ele "não parece possível no momento apresentar uma definição única, precisa, técnica de contexto e, talvez, tivéssemos de admitir que tal definição nem é mesmo possível". (Ingedore, 2002, p. 21) Isso, dado ao significado diferente do termo, ao ser empregado em momentos diferentes.

Ingedore (2002) dirá que Malinowski (1923) é o responsável pelos termos "contexto de situação" e "contexto de cultura", sendo que Firth (1935) deu ênfase ao "contexto social", dizendo que palavras e sentenças somente têm sentido, se dentro de seu contexto de uso. A importância do contexto é também reconhecida por Hymes (1964), que propõe um esquema-

acróstico, utilizando as letras da palavra speaking para caracterizar o termo contexto; tal importância leva Goodwin & Duranti (1992) a definir contexto como um frame (armação) que envolve o texto e fornece suporte à sua interpretação. Conforme essa concepção estão presentes no contexto o evento local (o texto) e o campo de ação do qual faz parte (o contexto). Essa é uma visão atual de contexto.

O conceito de contexto evoluiu historicamente, de acordo com Ingedore (2002), até chegar ao entendimento atual. Na fase inicial era percebido como o entorno verbal - contexto - a seqüência lógica de frases em torno do texto; a seguir, consideram-se os interlocutores como fazendo parte do contexto; alargando-se a visão, admitiu-se o meio social da produção/recepção, passando a considerar-se o contexto sócio-cognitivo. "Para que duas ou mais pessoas possam compreender-se mutuamente é preciso que seus contextos cognitivos sejam, pelo menos, parcialmente semelhantes". (Ingedore, 2002, p. 23) Essa bagagem cognitiva de cada um dos participantes ajuda a efetiva a interação, procedendo-se a ajustamentos para a construção de sentido do texto. Os reais-entendimentos surgem em razão de desencontro de certos conhecimentos entre os interlocutores. O contexto cognitivo teve grande alcance, tanto que o autor afirma que o contexto cognitivo engloba os demais tipos de contexto, pois o co-texto, situação comunicativa imediata e mediata, ações lingüísticas e interacionais dos interlocutores passam a pertencer ao domínio cognitivo de cada interlocutor, o mesmo acontecendo ao contexto histórico-cultural.

O contexto é entendido hoje, portanto, de forma abrangente, envolvendo assim o co-texto, que expressa a interação, o entorno sócio-político-cultural e o campo sócio cognitivo dos interlocutores, que inclui conhecimentos enciclopédicos, conhecimento dos vários registros de língua; dos vários tipos de texto; vários gêneros textuais, dando origem à intertextualidade presente nos textos; escolha do tipo de enfoque, fator relevante; atividades

de inferências, atividades sócio-interativas à acessibilidade e conhecimento de marcas de sinalização textual, instituições do produtor através de pistas para sinalizações que facilitem a compreensão do texto.

De qualquer modo, para esses estudiosos o contexto não deve ser mais amplo do que o necessário para se chegar a uma interpretação adequada; a interpretação pode ser dada por analogia de acordo com o que está pressuposto. Ingedore (2002) diz que o contexto é fundamental na interpretação, mas que não há consenso sobre o conceito de contexto, como ele afeta a interpretação e até alguns autores distinguem entre contexto de produção e de uso, isso para a linguagem escrita. Este tipo de percepção influi na interpretação. A partir do que está explícito no texto e das estratégias textuais usadas pelo locutor, o interlocutor percebe pelas pistas fornecidas pelo texto, se e quando precisa recorrer ao contexto socio-cognitivo para o preenchimento de lacunas do texto como desalinhamento entre a informação explícita e o conhecimento do mundo do interlocutor, a fim de depreender a significação pretendida pelo produtor.

"O sentido de um texto, qualquer que seja a situação comunicativa, não depende tão somente da estrutura textual em si mesma (daí a metáfora do iceberg). Os objetos do discurso a que o texto faz referência são apresentados em grande parte em forma lacunar, permanecendo muita coisa, então, ao contexto, conhecimentos enciclopédicos, textuais, sócio-culturais, conhecimento de mundo a fim de explicitar as informações que se encontram contextualmente dadas. O leitor ouvinte procura o sentido, pois parte da expectativa de que a seqüência lingüística do falante escritor seja coerente. Portanto existe uma interação produtor-ouvinte/leitor, que se manifesta por uma antecipação e coordenação recíproca, em dado contexto, de conhecimentos e estratégias cognitivas". (Ingedore, 2002, p. 31).

Como se vê, a seleção do contexto adequado para a interpretação é feita pelo interlocutor no momento da busca de compreensão, baseando-se nas pistas deixadas pelo falante/escritor. O produtor pressupõe encontrar no leitor/ouvinte conhecimentos contextuais que subdividem a tarefa de compreensão, de modo à tornar explícito o sentido do texto. Uma

vez que há enunciados ambíguos, seu sentido somente será aclarado se esquivado dentro de seu contexto apropriado. Para que uma comunicação seja relevante para alguém é necessário que haja interação: que dentro do contexto do interlocutor essa informação se torne acessível.

Na linguagem oral, muitas pistas são deixadas pelo falante: entonação, mudança de tom da fala, pausas, volume da voz, escolha do registro, escolha lexical, expressões faciais, ironia, etc. Na escrita, igualmente o produtor/escritor fornece pistas de contextualização; são diversos os recursos utilizados: aspas, sinais de exclamação, seleção lexical, emprego de formas de tratamento, travessões, destaques gráficos diversos, a fim de facilitar o entendimento pretendido pelo escritor.

Reconheceu-se também a necessidade atual de se oferecer a este aluno mais recursos lingüísticos que possa lhe conferir maior autonomia, criticidade e criatividade perante o próprio texto, o fato, o fenômeno e a vida. Não resta dúvidas de que esse modo de ensinar é o mais adequado e completo, uma vez que reconhece a necessidade de se ter em conta a integridade do aluno como elemento fundante para se administrar qualquer conteúdo em sala de aula.

Como as instituições responsáveis por esta formação não estão interessadas com este problema, mas tão somente com os lucros que este investimento possa lhes render, principalmente quando se trata de faculdades particulares; então o professor não dispõe da liberdade de renunciar o modo prescritivo de ensinar e se vê obrigado a ter uma prática tradicional, mesmo pensando ser ela progressista.

A educação, como um dos principais objetivos da escola, a leitura autônoma deveria ser considerada algo muito importante no desenvolvimento dos educandos, já que ela é o

ponto chave para uma transformação da visão de mundo do indivíduo. A leitura crítica funciona como uma espécie de janela que ajuda a ampliar o conhecimento dos que não se contentam apenas com o ensino livresco. O ensino livresco é uma forma de escravizar o indivíduo, não permitindo que ele cresça.

De fato, não se forma um leitor com uma ou duas cirandas de livros e nem com alguns pacotes de livros, principalmente quando as condições sociais e escolares, referentes à leitura, não forem consideradas e transformadas. Dessa forma a leitura na escola deveria ser um objeto de conquista literária que caminha junto com a conquista social. Não basta apenas ler, descobrir e denunciar a realidade atual, é preciso lutar para mudar a situação e isso a leitura também deve conduzir o indivíduo.

Uma escola que prima pela leitura prazerosa e crítica, começa a entender os processos de memorização de conteúdos pré-fixados é algo ultrapassado e no seu lugar entra o conhecimento interativo, o questionamento, a discussão e a crítica da idéias veiculadas, impedindo que o aluno-leitor se torne objeto do seu próprio trabalho. Isto nos remete aquilo que Paulo Freire chama de “educação bancária”, através da qual o professor simplesmente desembrolha um conjunto de informações orais ou escritas, para encher a cabeça dos alunos. É isso que deve ser superado pelas escolas atuais.

Como foi possível observar, o objeto de estudo deste artigo foi a reflexão sobre a prática de leitura nas escolas, visto como recurso didático para facilitar a aprendizagem da linguagem. Arelado a este objeto foram visto os preconceitos lingüísticos e o papel do professor de Português no sentido de orientar corretamente o aluno. Infelizmente, conforme o constatado, há uma enorme falta de informação e de formação adequada ao professorado e à sociedade como um todo, sobre a importância do uso da leitura de textos no ensino da

linguagem para aumentar o nível de aprendizagem do aluno em relação ao conteúdo interno da escola (currículo interno ou formal) e da criança em relação ao conteúdo externo à escola (currículo externo ou informal).

Por este motivo é que se partiu do problema de que muito embora as crianças estejam sujeitas à maioria dos transtornos emocionais encontrados nos adultos, na maioria das vezes seu diagnóstico é pobremente realizado, isso quando é realizado pelos professores. Essa pobreza se deve à incapacidade desse profissional e, concomitantemente, da escola que muitas vezes não dispõem de uma formação adequada para saber diagnosticar adequadamente casos de dificuldades na aprendizagem.

Infelizmente por causa dessa formação inadequada as pessoas envolvidas não se dão conta que uma solução simples estaria no uso de recursos alternativos para a construção lingüística do aluno. Basta à escola e ao professor saberem “descer” ao nível do aluno e falar a sua língua, para que a partir daí se comece o processo de aprendizagem até às suas últimas conseqüências, que é o domínio completo do mundo da fala, da escrita e de todos os meios de comunicação usados pelo ser humano.

A leitura ocupa um espaço cada vez menor no cotidiano dos alunos. O material escrito que eles têm contato, em casa, é escasso. Por outro lado, o mundo moderno faz constantemente um apelo aos recursos gráficos, seja por meio da escrita ou da origem. Tanto dentro de escola como fora dela, os alunos têm larga experiência com o mundo letrado, pois é diário o contato com letreiros, outdoors, embalagens de produtos, sem falar na presença massificada da televisão e do computador.

Parece uma ironia, se de um lado o mundo moderno exige tanto da pessoa humana no sentido dela saber ler as diversas comunicações que chegam aos seus olhos e ouvidos. Por outro lado o mesmo mundo inibe e desestimula à mesma pessoa humana a ter a liberdade perante uma leitura mais completa e complexa. Sim, hoje estamos vivendo no mundo das facilidades e do consumismo, só tem valor o que for fácil e útil; ler uma informação no rótulo de uma embalagem ou ler um letreiro de um ônibus suburbano é algo fácil e exige um nível de alfabetização muito baixo e instantâneo. Mas ler Marx, Hegel, Freud, ou até mesmo autores como Saviani, Demo, Freire, é algo que exige um segundo nível de alfabetização que normalmente nem os professores o têm. Trata-se do nível de prática de leitura e escrita autônoma.

Segundo o que foi possível observar neste artigo, para ler um rótulo ou escutar e entender um diálogo que se passa num programa de televisão, não precisa de autonomia. Ou seja, o ouvinte deixa de ser ativo para ser um telespectador ou um cliente pronto para receber e nunca para opinar. Ao passo que para ler Marx, por exemplo, é preciso que a autonomia brote de dentro para fora, que a pessoa saiba o que é efetivamente a liberdade de ler, compreender e criar novas fórmulas de pensar, de construir frases, de construir o próprio conhecimento. É justamente esse nível de leitura que as escolas, inclusive o ensino superior, têm se revelado incapaz de provocar no aluno. Principalmente quando esse nível superior é na área das ciências exatas que acaba muitas vezes admitindo a prática sem o domínio verdadeiro da teoria.

Estas questões têm razões que devem ser discutidas e refletidas amplamente por parte da escola, já que esta é uma instituição que deveria, pelo menos, primar por uma política de formação integral de leitores ativos. A escola como formadora de cidadãos críticos tem a

obrigação de apresentar elementos capazes de fomentar o interesse pela leitura e a boa linguagem.

A prática de leitura na escola de ensino fundamental tende a ser ineficiente e até desastrosa, muitas vezes, o ato de ler é visto pelos alunos como uma camisa-de-força. Eles nem sempre têm a liberdade de sozinhos procurarem os seus próprios caminhos literários. As leituras sempre são impostas pelo professor, para serem cobradas depois, através de preenchimento de fichas de leituras, de prova etc. O ato de ler por gratuidade, num clima de liberdade quase que inexistente dentro do ambiente da sala de aula. A pergunta que sempre vem à frente é: Quanto vale? Vai cair na prova? Pode ser feito em grupo (na intenção de diminuir o trabalho e fugir da responsabilidade para consigo mesmo) etc.

Na escola, a prática da leitura possui delineamentos próprios, que muito dependem da metodologia e intenções do professor, pois eis que, em sede de leitura escolar, a escola torna-se o cenário primordial para a ocorrência de leituras, sendo por via de consequência a mola propulsora do crescimento do público leitor que potencialmente pode criar.

A artificialidade lingüística prejudica o processo de ensino/aprendizagem como um todo. Veja-se os seguintes exemplos: na escola não se escrevem textos, produzem-se redações; na escola não se lêem textos, fazem-se exercícios de interpretação e análise de textos; na escola não se faz análise lingüística, aplica-se a dados análises preexistentes. Isto só será afastado da prática escolar quando o professor passar a efetivamente possibilitar o domínio efetivo da língua padrão, através da leitura de textos, produção de textos e análise lingüística.

4. Referências

BAMBERGER, Richard. **Como Incentivar o Hábito de leitura**. São Paulo, Editora Ática, 7ª Edição. 2002.

BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Questões da Nossa Época N° 35).

JOLIBERT, Josette (coord). **Formando Crianças Leitoras**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

KOCH, Ingedore V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.